APONTAMENTO

27 de abril de 2023

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
•
Office for Economic Policy and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE

Inflação – Impactos nas Finanças Públicas

IDEIAS-CHAVE

- A inflação consiste num aumento generalizado e sustentado do nível de preços dos bens e serviços numa economia, o qual é medido pelo índice de preços no consumidor (IPC) ou, em termos europeus, pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), que acompanham a evolução média dos preços de um cabaz de bens e serviços representativo das despesas dos consumidores.

- Em 2022, considerando o IHPC, a taxa de inflação atingiu 8,1% em Portugal, sendo que dados mais recentes apontam para uma taxa de inflação de 8% em março de 2023.

- Simultaneamente aos seus efeitos na economia, designadamente através do impacto do aumento dos preços na procura e das pressões no mercado de trabalho para o aumento dos salários, a inflação influencia diretamente as Finanças Públicas, com efeitos no saldo orçamental (que dependerão da magnitude relativa dos efeitos nas receitas e nas despesas) e na dívida pública. Efeitos que estão associados a quatro fatores: i) valores nominais inflacionados, ii) indexação, iii) estrutura da dívida pública e iv) expectativas de mercado.

- A inflação conduz, em geral, ao aumento dos valores nominais das variáveis. Assim, o PIB em termos nominais tende a crescer com a inflação (efeito preço), resultando na melhoria de rácios como o défice e a dívida pública em percentagem do PIB (por efeito denominador). Adicionalmente, a base tributável nominal também cresce, ou seja, o valor sobre o qual os impostos incidem (por exemplo, o IVA ou, ainda que possa haver um desfasamento temporal, o IRS) é também superior, o que deriva num incremento das receitas fiscais.

- A existência de mecanismos automáticos de indexação às subidas de preços, por exemplo em pensões e prestações sociais (através do indexante dos apoios sociais), conduz a um aumento da despesa primária, podendo agravar o défice das administrações públicas.

- Consoante for a estrutura da dívida pública, também esta pode ser mais ou menos afetada pela inflação. Uma dívida pública com uma maior percentagem de dívida de curto prazo, *i.e.* com a maturidade próxima e a carecer de refinanciamento, encontra-se mais exposta à inflação, pois as emissões a ocorrer neste quadro necessariamente terão taxas de colocação mais elevadas, dado que os investidores exigirão um retorno (taxa de juro) mais elevado.

- Assim, as expectativas de mercado, condicionadas pela inflação e pelo previsível aumento de taxas de juro diretoras, pelos Bancos Centrais, resultante de uma política monetária que visa conter as pressões inflacionistas, contribuem igualmente para o aumento de custo de refinanciamento da dívida pública. Consequentemente, para o encargo anual com juros a suportar pelo Estado.

Impactos Imediatos da Inflação nas Finanças Públicas

Fonte: FMI [April 2023 Fiscal Monitor].